

## Araripe vai preservar o acervo da Comissão Arinos

O coronel Luis Alencar Araripe não vai substituir o jurista Ney Prado na Secretaria-Geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, pois o cargo, com o término dos trabalhos, foi extinto. A informação é do Presidente da Comissão, professor Afonso Arinos, que ontem esclareceu ter convidado Araripe, amigo e assessor há vários anos, para organizar e preservar o acervo até que seja encaminhado ao Ministério da Cultura, onde estará à disposição da população para consultas e estudos.

— Não há mais Secretaria-Geral. Não posso nomeá-lo, pois o trabalho deste órgão já terminou. Araripe vai apenas cuidar do acervo, que pertence ao Governo Federal, até que seja remetido ao Ministério da Cultura — afirmou Arinos, para quem os problemas decorrentes das críticas de Ney Prado ao anteprojeto da Comissão Constitucional, condensadas num artigo na revista *Manchete*, estão encerrados.

Após um período de silêncio voluntário, Ney Prado ratificou ontem, no Rio, suas críticas ao anteprojeto da Comissão Arinos. Ressalvou não ter divergências pessoais com nenhum dos membros da comissão que o elaborou.

— São pontos de vista diferentes, apenas — observou Ney Prado, para quem o trabalho tem características louváveis nas áreas financeira, tributária e judiciária.

— Não retifico, entretanto, nada que está no artigo. Aquela é a minha convicção — acrescentou o jurista.

Ney Prado ressalvou que o resultado do trabalho da Comissão Arinos, enquanto anteprojeto constitucional, não corresponde às necessidades da sociedade brasileira. Se considerado apenas um instrumento de mobilização de idéias — admitiu ele — os estudos

podem trazer muitos benefícios.

Em artigo na *Manchete*, Ney Prado classificou o anteprojeto como casuístico, xenófobo, socializante e, às vezes, perigosamente demagógico. Ontem, após confirmar suas críticas, ele esclareceu que as fez, não com o intuito de criar constrangimento e divergências pessoais, mas para "consignar democraticamente" a sua discordância.

As críticas de que fora desleigante ao antecipar a publicação do anteprojeto, sem que o Presidente José Sarney o tivesse recebido formalmente o resultado do trabalho, Araripe respondeu lembrando a resolução, aprovada pelo plenário, segundo a qual todos os atos e documentos da Comissão seriam públicos.

— Não houve — disse — nenhuma questão ética, pois, conforme foi aprovado, todos os nossos atos foram públicos. Na revista, há uma ressalva esclarecendo que o texto publicado era provisório, pois apresentava inconsistência, com frases incompletas e falta de artigos.

O Coronel Luiz Alencar Araripe, que foi o primeiro Diretor-Geral da Polícia Federal na Nova República, tem uma longa ligação de amizade com Afonso Arinos, a quem assessorou em Genebra, quando este serviu como embaixador junto às Nações Unidas. Araripe ocupava, então, o cargo de assessor para assuntos do desarmamento.

Autoridade em assuntos da área de energia nuclear, Araripe trabalhou no Conselho de Segurança Nacional antes de ser indicado para o DPR em fevereiro de 1985 pelo então Presidente eleito Tancredo Neves.